



Flávio Obino Fº
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Ilmº. Sr. Dr.
DARCI D'AVILA FERREIRA
D. D. Delegado Regional do Trabalho e Emprego/RS.

SENAPRO	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	
46218.012778/2001-14	




SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL - SEMAPI - , SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRASO -, por seus procuradores, que ao final assinam, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria dizer que firmaram

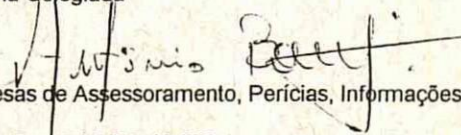
Convenção Coletiva de Trabalho

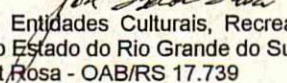
requerendo o seu depósito para fins de registro e arquivo nos termos do estatuído no art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nestes Termos,
Pedem Deferimento.

Porto Alegre, 15 de junho de 2001.


Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - SEMAPI
Mara Feltes - Diretoria Colegiada


Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Rio Grande do Sul
P/p Antônio Job Barreto - OAB/RS 19.550


Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SECRASO
P/p José Betat Rosa - OAB/RS 17.739



Flávio Obino Fº
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Convenção Coletiva de Trabalho

Entidades Patronais Convenientes: Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Rio Grande do Sul e Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SECRASO

Entidade Profissional Conveniente: Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - SEMAPI

Categoria Abrangida: empregados que laboram nas seguintes empresas e fundações: ASCAR/EMATER, FEBEM, FGTAS, FZB, FDRH, FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO, FADERS, CIENTEC, COHAB, FEE, FEPAM, FAPERGS e METROPLAN.

CLÁUSULA 1ª - RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

Os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante, serão recompostos no percentual de 6,15%, obedecido o seguinte parcelamento:

a) em 1º de maio de 2001 os salários serão reajustados no percentual de 3,00% a incidir sobre os salários recompostos na forma da convenção coletiva ora revista;

b) em 1º de agosto de 2001 os salários serão reajustados no percentual de 3,058% a incidir sobre os salários devidos em 1º de maio de 2001;

PARÁGRAFO ÚNICO

As diferenças salariais referentes aos salários de maio de 2001 serão satisfeitas, em folha suplementar, no mês de junho de 2001.

CLÁUSULA 2ª - RETROATIVIDADE

O valor resultante da aplicação do percentual de 6,15% sobre os salários recompostos na forma da convenção coletiva ora revista, no período compreendido entre novembro de 2000 e abril de 2001, inclusive; e do percentual de 3,058% sobre os salários satisfeitos de maio até julho de 2001 será satisfeito em quatro parcelas iguais e sucessivas juntamente com os salários dos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2001.



Flávio Obino Fº
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor referido no "caput" da presente cláusula será calculado sobre os salários iniciais da classe (salário básico), consideradas as majorações resultantes de promoções, e excluídas as horas extras, adicionais de tempo de serviço, insalubridade, periculosidade, penosidade, bem como outras gratificações ou adicionais remuneratórios.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor que corresponde ao pagamento da retroatividade não servirá de base de cálculo para os consectários salariais (horas extras, adicionais, gratificações, etc).

CLÁUSULA 3ª - QUITAÇÃO

Procedida a recomposição dos salários na forma da cláusula primeira restarão quitadas as reivindicações contidas na pauta encaminhada pelo sindicato profissional referente à data-base de 1º de novembro de 2000, bem como eventuais perdas salariais ocorridas no período revisando, inclusive a pretensão de repasse aos salários da variação acumulada de preços ocorrida entre 1º de novembro de 1999 e 31 de outubro de 2000.

CLÁUSULA 4ª - EMPREGADOS DEMITIDOS

Os empregados demitidos ou desligados a partir de novembro de 2000 terão direito, por ocasião da rescisão ou através de rescisão complementar, ao pagamento das parcelas rescisórias calculadas com base no salário resultante da recomposição salarial integral, bem como a retroatividade, considerado, neste caso, o período em que estava vigente o contrato de trabalho.

CLÁUSULA 5ª - NEGOCIAÇÃO

A diferença entre o índice de variação do IPC/IBGE referente ao período de 1º de novembro de 1989 até 31 de outubro de 1990 e o índice de reajuste do acordo 90/91, equivalente a 20,96% (vinte inteiros e noventa e seis centésimos por cento), será objeto de negociação durante a vigência da presente convenção.

CLÁUSULA 6ª - QÜINQUÊNIO

Os empregadores pagarão a seus empregados, a título de adicional por tempo de serviço, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base, a cada 5 (cinco) anos de efetivo trabalho para o mesmo empregador, contados ininterruptamente a partir da contratação. Os adicionais por tempo de serviço já pagos pelas empresas a seus empregados, tendo como parâmetro prazos e

[Handwritten signatures and initials]